



**V CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
São Tomé, 26 e 27 de Julho de 2004**

**DECLARAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO COMO
CONTRIBUTO PARA A BOA GOVERNAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste reunidos na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé, nos dias 26 e 27 de Julho de 2004;

Evocando o compromisso de contribuir para a construção de uma Sociedade da Informação fundada nos valores da paz, dignidade humana, democracia, igualdade, solidariedade e desenvolvimento sustentável;

Destacando a importância das práticas de boa-governança e de transparência como elementos fundamentais no processo de fortalecimento da cidadania e dos princípios e instituições democráticas;

Ressaltando que a diversidade cultural e linguística deve ser um princípio fundador da Sociedade da Informação;

Registando que a inclusão digital é um aspecto essencial da inclusão social e da participação política dos cidadãos, num mundo crescentemente influenciado pelas tecnologias da informação e das comunicações;

Reconhecendo o potencial das tecnologias da informação e das comunicações para a erradicação da pobreza e a promoção do bem-estar social nos seus países, e conscientes da necessidade de promover políticas públicas e programas voltados para a redução do hiato digital e para a universalização do acesso às tecnologias da informação e das comunicações, inclusive à Internet;

Tomando nota das iniciativas anteriores da CPLP, em especial a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo sobre “*Cooperação, Desenvolvimento, e Democracia na Era da Globalização*”, assinada em Maputo, em Julho de 2000; o “*Protocolo de Intenções*

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

1

Rua de São Caetano, n.º 32 1200-829 Lisboa

Telefone: (+351) 21 392 85 60 Fax: (+351) 21 392 85 88



sobre Cooperação na Área de Governo Electrónico”, assinado em Brasília, em Maio de 2001; a Declaração Final do IV Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares da CPLP, assinada em Luanda, em Maio de 2002; a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo sobre “Governo Electrónico”, assinada em Brasília, em Agosto de 2002; e a Resolução do Conselho de Ministros sobre a “*Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação*”, assinada em Coimbra, em Julho de 2003;

Recordando os resultados da II Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, ocorrida no Rio de Janeiro, a 4 e 5 de Dezembro de 2003;

Destacando a importância da área de Governo Electrónico e as aplicações das novas tecnologias na promoção da boa-governança, transparência e cidadania;

Evocando a Solidariedade Digital e conscientes da necessidade de uma efectiva cooperação entre os países da CPLP nas áreas da Sociedade da Informação e Governo Electrónico, para a promoção do desenvolvimento dos países de Língua Portuguesa, sobretudo naquelas áreas em que a aplicação das tecnologias da informação e das comunicações contribuem para a promoção da cidadania e das boas práticas de governo e têm alto significado social, como educação, saúde, emprego e microcrédito;

Reconhecendo a importância da Cimeira Mundial sobre Sociedade de Informação no processo de realização das Metas de Desenvolvimento do Milénio e da consolidação de uma agenda internacional da Sociedade da Informação orientada para a promoção da democracia e do desenvolvimento social, económico e cultural;

Louvando a activa participação da CPLP na I Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, de que resultou inclusive a adopção da Língua Portuguesa como idioma de trabalho naquele encontro, e o compromisso dos países de Língua Portuguesa de contribuir para o êxito da II Fase da Cimeira, a celebrar-se em Túnis, de 16 a 18 de Novembro de 2005;

DECLARAM:

O seu respeito ao direito de cada povo de se expressar na sua própria língua e o seu empenho na criação e disseminação de conteúdos em Língua Portuguesa, contribuindo para a construção de uma Sociedade da Informação que seja pluralista e, ao mesmo tempo, promova a língua, a cultura e os valores comuns de paz, democracia, Estado de

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

2

Rua de São Caetano, n.º 32 1200-829 Lisboa

Telefone: (+351) 21 392 85 60 Fax: (+351) 21 392 85 88



Direito, direitos humanos e justiça social, que inspiram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

O seu interesse em promover um exercício renovado da cidadania por meio das tecnologias de informação e das comunicações, criando novos canais de diálogo entre a sociedade e o Estado, e ampliando e aprimorando a prestação de serviços públicos por via electrónica;

A sua convicção de que os Governos dos países da CPLP podem e devem beneficiar-se amplamente de aplicações e soluções de tecnologias de informação e das comunicações, voltadas para tornar mais moderna, eficiente e transparente a Administração Pública;

O seu compromisso em renovar e ampliar a cooperação entre os países de Língua Portuguesa na área de Governo Electrónico, por meio de mecanismos de cooperação que facilitem a troca de experiências e a transferência de tecnologia e conhecimentos, a capacitação e a formação de técnicos, e o desenvolvimento de aplicações e soluções voltadas para a difusão das boas práticas em Administração Pública;

A sua satisfação com a oferta do Governo brasileiro de sediar, no mês de Setembro de 2004, em Brasília, a reunião do Comité Técnico Permanente da CPLP, com o objectivo de rever e dar novo impulso ao Projeto de Cooperação em Governo Eletrónico da CPLP, aprovado na V Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, em Brasília, em Julho de 2002;

O seu interesse em assegurar o desenvolvimento da infra-estrutura de redes, indispensável à Sociedade da Informação, e a garantir a criação de aplicações das novas tecnologias orientadas para o atendimento das necessidades nacionais e locais;

O seu empenho em estender o alcance das redes e das novas tecnologias de informação e das comunicações às regiões rurais e remotas, inclusive por meio de telecentros de acesso público, promovendo a transparência e a boa-governança a nível comunitário, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para os esforços de superação da pobreza das comunidades localizadas em tais regiões;



O seu entendimento de que a capacitação digital deve permitir a cada cidadão e cidadã participar plenamente da Sociedade da Informação, não apenas como utilizador das novas tecnologias, mas também como agente de desenvolvimento e produtor de conteúdos;

A sua convicção de que o “*Software aberto*”, em alguns Estados membros designado “*Software livre*”, é instrumento de alta relevância para a construção de uma Sociedade da Informação inclusiva e pluralista, pois apresenta custos reduzidos, facilitando, assim, a inclusão digital e a partilha de conhecimento.

A sua preocupação com a necessidade de uma Governação multilateral, transparente e democrática da Internet, que leve em conta os interesses dos Governos, da Sociedade Civil e demais actores interessados, e garanta o respeito pela diversidade geográfica, cultural e lingüística;

O seu interesse em que se acompanhe a presença da Língua Portuguesa na Internet;

A sua convicção de que a Solidariedade Digital, a materializar-se por meio de novas formas de parceria de cooperação internacional, sobretudo na área de Governo Electrónico, do financiamento das tecnologias da informação e também pela implementação do Plano de Acção adoptado na I Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, são essenciais para a redução do fosso digital e para o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os Países de Língua Portuguesa;

O seu compromisso em ampliar a coordenação das posições, entre os Países de Língua Portuguesa na II Fase da Cimeira Mundial sobre Sociedade da Informação e no seu processo preparatório, inclusive no Grupo de Trabalho sobre Governação na Internet e na Força-Tarefa sobre o Fundo de Solidariedade Digital e Financiamento, a serem criados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

A sua determinação de que a Língua Portuguesa seja adoptada como língua de trabalho também na II Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação;

O seu interesse em realizar, na cidade de São Tomé, uma Conferência Preparatória dos Países de Língua Portuguesa para a II Fase da Cimeira Mundial sobre Sociedade de Informação, no ano de 2005.



Feita em São Tomé, em 27 de Julho de 2004.